

COREMAS HOLDING II S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023

COREMAS HOLDING II S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa- método indireto

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Coremas Holding II S.A.
Coremas - PB

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Coremas Holding II S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e das demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Coremas Holding II S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os fluxos de caixa individual e consolidado, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que o gasto com pessoal de desenvolvimento de projetos e manutenções das usinas fotovoltaicas são geridos pela Rio Alto Serviços e Construções Ltda. e não existe atualmente um critério de rateio e repasse de custo estabelecido entre essas partes relacionadas. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, com opinião sem modificação na data de 14 de dezembro de 2023.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossas opiniões. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas dos exercícios e que, desta maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de setembro de 2024.

COREMAS HOLDING II S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1	4	281	1.423
Contas a receber	6	-	-	2.862	2.130
Caixa restrito	7	-	-	679	-
Despesas antecipadas		-	-	414	64
Tributos e contribuições a compensar		-	-	-	1.090
Outros		-	-	9	9
		<u>1</u>	<u>4</u>	<u>4.245</u>	<u>4.716</u>
Não circulante					
Caixa restrito	7	-	-	3.998	4.353
Partes relacionadas	8	9.684	9.684	18.536	4.270
Tributos e contribuições a compensar		-	-	2.152	-
		<u>9.684</u>	<u>9.684</u>	<u>24.686</u>	<u>8.623</u>
Investimentos					
Imobilizado	9	59.420	66.015	-	-
Intangível		1	-	210.843	220.158
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.572</u>	<u>2.572</u>
		<u>59.421</u>	<u>66.015</u>	<u>213.415</u>	<u>222.730</u>
Total do ativo		<u><u>69.106</u></u>	<u><u>75.703</u></u>	<u><u>242.346</u></u>	<u><u>236.069</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

COREMAS HOLDING II S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	12	41	4	1.248	473
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	7.806	7.437
Debêntures	15	-	25.166	-	25.166
Obrigações tributárias	13	541	398	5.966	3.691
Adiantamentos de clientes		-	-	363	361
		<u>582</u>	<u>25.568</u>	<u>15.383</u>	<u>37.128</u>
Não circulante					
Fornecedores	12	-	-	1.325	1.325
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	107.391	115.654
Debêntures	15	30.467	-	30.467	-
Arrendamentos		-	-	36	-
Partes relacionadas	8	322	-	47.437	29.255
Provisão para demandas judiciais	16	-	-	2.572	2.572
		<u>30.789</u>	<u>-</u>	<u>189.228</u>	<u>148.806</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	17	66.742	66.683	66.742	66.683
Prejuízos acumulados		<u>(29.007)</u>	<u>(16.548)</u>	<u>(29.007)</u>	<u>(16.548)</u>
		<u>37.735</u>	<u>50.135</u>	<u>37.735</u>	<u>50.135</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>69.106</u></u>	<u><u>75.703</u></u>	<u><u>242.346</u></u>	<u><u>236.069</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

COREMAS HOLDING II S.A.

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	18	-	-	30.154	23.276
Custos operacionais		-	-	(21.679)	(16.716)
Lucro bruto		-	-	8.475	6.560
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	19	(42)	(85)	(3.108)	(4.237)
Resultado de equivalência patrimonial		(6.597)	2.115	-	-
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		(6.639)	2.030	5.367	2.323
Receitas financeiras	20	-	-	672	401
Despesas financeiras	20	(5.820)	(8.273)	(17.373)	(7.743)
Resultado financeiro		(5.820)	(8.273)	(16.701)	(7.342)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(12.459)	(6.243)	(11.334)	(5.019)
Imposto de renda e contribuição social	23	-	-	(1.125)	(1.224)
Prejuízo do exercício		(12.459)	(6.243)	(12.459)	(6.243)
Prejuízo básico por ação	17	(0,18667)	(0,09362)	(0,18667)	(0,09362)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

COREMAS HOLDING II S.A.

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(12.459)	(6.243)	(12.459)	(6.243)
Resultado abrangente do exercício	(12.459)	(6.243)	(12.459)	(6.243)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

COREMAS HOLDING II S.A.

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Capital social subscrito</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total do Patrimônio Líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	31.278	(10.305)	20.973
Aumento de capital	35.405	-	35.405
Prejuízo do exercício	-	(6.243)	(6.243)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>66.683</u>	<u>(16.548)</u>	<u>50.135</u>
Aumento de capital	59	-	59
Prejuízo do exercício	-	(12.459)	(12.459)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>66.742</u>	<u>(29.007)</u>	<u>37.735</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

COREMAS HOLDING II S.A.

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(12.459)	(6.243)	(12.459)	(6.243)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Amortização sobre direitos de uso	-	-	228	-
Depreciação	-	-	9.315	4.106
Juros sobre debêntures	5.265	8.001	5.265	2.196
Juros sobre empréstimos e financiamentos	297	-	8.894	2.513
Despesa financeira - direito de uso	-	-	-	33
Amortização de custos de emissão de debêntures	47	-	47	-
Baixa de imobilizado	26	-	26	-
Equivalência patrimonial	6.597	(2.115)	-	-
Instrumentos financeiros	-	-	-	(956)
Outros	(314)	-	595	-
(Aumento) diminuição de ativos				
Caixa restrito	-	-	(324)	(961)
Contas a receber	-	-	(732)	(2.130)
Tributos e contribuições a compensar	-	-	(1.062)	(240)
Despesas antecipadas	-	-	(350)	68
Outros ativos	-	-	-	(9)
Aumento (diminuição) de passivos				
Fornecedores	37	(15)	775	(1.132)
Obrigações tributárias	143	144	2.275	1.509
Outros passivos	-	-	2	367
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(361)	(228)	12.495	(879)
Atividades de investimento				
Investimentos em controladas	-	2	-	-
Partes relacionadas	-	-	(14.266)	(6.578)
Aquisição de imobilizado	-	-	-	(54.991)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	2	(14.266)	(61.569)
Atividades de financiamento				
Aumento de capital	-	35.405	-	35.405
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	-	120.899
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(7.272)	(2.961)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	-	-	(9.516)	-
Amortização de debêntures	-	(35.241)	-	(35.241)
Custo de emissão de debêntures	36	65	36	65
Partes relacionadas	322	-	18.182	(55.206)
Pagamento de arrendamentos	-	-	(801)	(42)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	358	229	629	62.919
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(3)	3	(1.142)	471
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4	1	1.423	952
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1	4	281	1.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Coremas Holding II S.A. ("Companhia"), fundada em 4 de fevereiro de 2020, tem como objeto social ser uma holding das investidas Coremas VII e Coremas VIII, empresas constituídas para a construção de usinas solares fotovoltaicas. A Companhia está localizada na fazenda Rio Tinto, s/n, na cidade de Coremas, Estado da Paraíba. Seu acionista controlador é a holding Rio Alto Energias Renováveis S.A. ("RAER"), pertencente ao grupo econômico denominado Grupo Rio Alto.

Cada projeto foi concebido para ter 27.000 kW de potência instalada e 26.325 Kw de potência líquida. As usinas possuem um prazo de autorização de 35 anos e as outorgas foram emitidas em 28 de julho de 2020. Parte do potencial energético destas usinas solares já foram vendidos em contratos de entrega futura de energia (*Power Purchase Agreement - PPA*), ainda restando parte deste potencial energético para ser comercializado, seja no ambiente livre ou regulado.

Os projetos de Coremas VII e Coremas VIII fazem parte dos planos de expansão do Grupo Rio Alto, dentro do segmento de geração de energia. Em 2020, o Grupo Rio Alto passou por uma reorganização societária visando essa nova fase de expansão. Desta forma, o controle acionário da investida Coremas VII foi transferido dos acionistas Rafael Sanchez Brandão e Edmond Chaker Farhat Junior para a Coremas Holding II.

As obras iniciaram-se em 2020, sendo construídas por meio de um contrato de empreitada global (*Engineering, Procurement and Construction - EPC*), e as usinas estavam em construção durante o exercício de 2022, sendo que entraram em operação comercial entre maio e setembro de 2023 (nota 22).

A missão primordial do Grupo Rio Alto é prover uma matriz energética limpa e acessível, respondendo de maneira eficaz à constante expansão da demanda no setor energético brasileiro. Os acionistas, cientes da importância desse propósito, estão empenhados no êxito dos projetos de Coremas e Santa Luzia, consolidando assim a visão do grupo em contribuir de forma sustentável para as necessidades energéticas do país.

Considerando a Resolução Normativa nº 876 de 10 de março de 2020, a seguir são apresentadas as informações das autorizações das outorgas das usinas solares fotovoltaicas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Entidade	Nº DRO	Data da DRO	Nº REAs (Outorga)	Data da REA - Outorga de autorização	Prazo de autorização	kW
Coremas VII	1.101	15/04/2015	9.092	28/07/2020	35 anos	Central geradora terá 27.000 kW de Potência Instalada e 26.325 kW de Potência Líquida.
Coremas VIII	3.115	25/09/2017	9.093	28/07/2020	35 anos	Central geradora terá 27.000 kW de Potência Instalada e 26.325 kW de Potência Líquida.

DRO - Despacho de Registro de Requerimento de Outorga, que autoriza o início das obras.
REA - Resolução autorizativa, quando a outorga é concedida.

1.1. Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro 2023, a Companhia apresentou prejuízo de R\$12.459, aumentando seu prejuízo acumulado para R\$29.007 (R\$16.548 em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo, nos montantes de R\$581 e R\$11.138, na controladora e consolidado, respectivamente.

A condição de capital circulante líquido negativo teve uma melhora significativa em decorrência, principalmente, da rolagem das debêntures, tendo que vista que os prazos de vencimento das debêntures apresentam datas de liquidação originalmente previstas para maio de 2024 e foram negociadas para vencimento em 2026, conforme descrito na nota explicativa nº 26 eventos subsequentes.

No dia 17 de outubro de 2023, os debenturistas decidiram em Assembleia Geral de Debenturistas pela alteração do prazo e da data de vencimento das debêntures, passando para o prazo de vencimento final em 18 de abril de 2024.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou receita operacional referente a venda de energia dos contratos de longo prazo (PPA) que se iniciaram em 2022. O complexo Coremas, já em operação comercial, apresenta uma capacidade de geração de caixa suficiente para cumprir suas obrigações de curto prazo, gerando uma receita anual projetada de R\$30.830 e EBITDA de aproximadamente R\$24.664, considerando um curtailment de aproximadamente 5%.

Os projetos de Coremas VII e VIII foram elaborados com base neste planejamento financeiro, baseado na sua capacidade efetiva de geração de caixa. Os contratos de venda futura de energia já foram firmados, bem como os recursos captados para financiamento já negociados, no montante de R\$66.315 em debêntures com ingresso de recursos em 2020 e 2022, e aproximadamente R\$131.800 em financiamentos por meio do Banco do Nordeste do Brasil já contratados desde o 1º semestre de 2020, e divididos em 2 contratos, sendo aproximadamente: Coremas VII de R\$65.430; Coremas VIII de R\$66.334; com prazo médio de 18 anos e primeira parcela de amortização de principal e juros vencendo 6 meses após o início das vendas de energia. Durante o exercício de 2022 houve a liberação de 91% dos recursos provenientes destes financiamentos, totalizando R\$120.899, restando apenas uma parcela no montante de R\$11.800 com previsão de recebimento no segundo semestre de 2024. A administração entende que a venda de energia suporta o fluxo de caixa futuro para amortização destes passivos.

A Administração tem acompanhado de forma proativa o mercado de energia e tem participado de leilões de contratos de venda de energia de longo prazo, além de realizar a venda de energia no mercado de contratação livre.

As restrições energéticas, ou curtailment, no mercado de energia brasileiro têm sido uma preocupação crescente para os geradores de energia, principalmente aqueles que operam em fontes renováveis, como solar e eólica. O termo "curtailment" refere-se à limitação ou redução forçada da geração de energia, mesmo quando as condições técnicas permitiriam que a energia fosse gerada e injetada no sistema. Essas restrições podem ocorrer por vários motivos e, no contexto do Brasil, os principais fatores são a sobrecarga da infraestrutura de transmissão, problemas de planejamento do sistema e questões regulatórias. Essas restrições são requeridas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS.

A expansão da capacidade de geração, sobretudo em fontes eólicas e solares, tem crescido de maneira significativa nos últimos anos, superando, em muitos casos, a capacidade de transmissão de energia. As regiões Norte e Nordeste, ricas em recursos eólicos e solares, sofrem frequentemente com a falta de linhas de transmissão suficientes para escoar a energia gerada.

Em determinados momentos, há uma superprodução de energia, especialmente nas regiões onde há uma concentração elevada de fontes renováveis. Mesmo o Brasil tendo uma matriz energética diversa, que inclui hidrelétricas, termelétricas e outras fontes, observa-se que Operador Nacional do Sistema - ONS vem determinando restrições significativas aos geradores de energia renovável.

As fontes de energia renovável, como a eólica e a solar, são intermitentes por natureza, dependendo de fatores climáticos. Isso cria desafios operacionais para o sistema, que precisa garantir um fornecimento estável de energia. Durante momentos de baixa demanda ou alta oferta dessas fontes, o ONS pode reduzir a geração dessas usinas para equilibrar o sistema.

A ausência de um planejamento adequado e de regulamentações claras para lidar com o crescimento acelerado da geração renovável também contribui para o curtailment. A coordenação entre os órgãos responsáveis pelo planejamento energético e as operadoras de transmissão, muitas vezes, não consegue acompanhar o ritmo de entrada em operação das novas usinas de energia renovável. Isso gera gargalos no escoamento da energia.

A principal consequência do curtailment para os geradores de energia é a perda de receita. Mesmo que a usina esteja tecnicamente capaz de gerar e vender energia, a redução forçada na produção impede que esses geradores aproveitem todo o potencial de suas instalações, afetando diretamente a produção energética.

A Rio Alto possui contratos de fornecimento de energia com clientes e com o sistema elétrico. Quando o curtailment ocorre, os agentes geradores podem vir a ser penalizados por não conseguir cumprir seus contratos, enfrentando multas ou outros tipos de sanções financeiras, além de prejudicar a reputação dessas empresas perante seus clientes e parceiros.

Em resumo, o curtailment no Brasil, representa um grande desafio para o setor energético, trazendo enormes prejuízos financeiros e operacionais para os geradores de energia. Contudo, com medidas adequadas de planejamento, investimentos e inovação tecnológica, é possível mitigar esses impactos e criar um ambiente mais equilibrado e eficiente para o mercado energético brasileiro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma outra incerteza material, além das mencionadas acima, que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais, identificadas como "Controladora", e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como "Consolidado", foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Por não existir diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tais como capacidade produtiva esperada, dados contratuais, projeções e seguros, não foram auditados.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Diretoria em 13 de setembro de 2024.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia e também de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.3. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.4. Procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

O controle é obtido quando a Companhia está exposta a, ou tem direitos sobre retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

As controladas são consolidadas integralmente, a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Em 31 de dezembro de 2023, as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

Controladas	Data-base das demonstrações financeiras	Participação (%) - 31/12/2023	Participação (%) - 31/12/2022 (*)	Segmento
Coremas VII Geração de Energia SPE Ltda.	31/12/2023	100	100	Usina solar fotovoltaica
Coremas VIII Geração de Energia SPE Ltda.	31/12/2023	100	100	Usina solar fotovoltaica

(*) A participação da Coremas Holding é de 99,99%, sendo 0,01% da Rio Alto Energia, Empreendimentos e Participações Ltda., no exercício de 2023.

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- Eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- Eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e,

- Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas empresas coincide com o da controladora.

2.5. Relação de entidades controladas

Em 31 de dezembro de 2023, as entidades controladas se apresentavam da seguinte forma:

a) Coremas Holding II S.A. ("Coremas Holding II")

Constituída em 17 de fevereiro de 2020, a Coremas Holding II, sociedade empresarial por ações, com sede em Coremas, PB, localizada na Fazenda Escurinho s/n, tem como objeto social ser holding de instituições não financeiras, e consolidar as investidas Coremas VII e VIII.

b) Coremas VII Geração de Energia SPE Ltda. ("Coremas VII")

Constituída em 19 de setembro de 2019, a Coremas VII é sociedade de propósito específico do tipo limitada, com sede em Coremas, PB, localizada na Fazenda Rio Tinto s/n, com atividade exclusiva de implantação de uma usina fotovoltaica no estado da Paraíba, que tem como objeto social a geração de energia solar fotovoltaica.

c) Coremas VIII Geração de Energia SPE Ltda. ("Coremas VIII")

Constituída em 5 de março de 2020, a Coremas VIII é sociedade de propósito específico do tipo limitada, com sede em Coremas, PB, localizada na Fazenda Escurinho s/n, com atividade exclusiva de implantação de uma usina fotovoltaica no estado da Paraíba, que tem como objeto social a geração de energia solar fotovoltaica.

2.6. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

2.6.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada.

Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa e equivalente de caixa aos quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Administração estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida.

A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável é feito anualmente em 31 de dezembro, ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa e equivalente de caixa aos quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Administração estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida.

A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável é feito anualmente em 31 de dezembro, ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Em 31 de dezembro de 2023 não há indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

2.6.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.6.3. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentado no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado com a utilização de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos.

2.6.4. Ativo imobilizado

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão. Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do período.

A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização, bem como, o momento e o montante esperado desta. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Resultado do exercício

Reconhecimento da receita

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Custo de compra de energia

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de venda de energia) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Os custos de vendas e serviços prestados são reconhecidos e mensurados:

- Líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e
- Com base na associação direta da receita.

O custo de energia elétrica refere-se basicamente ao custo da energia elétrica comprada para comercialização vinculada à atividade operacional da Companhia.

3.2. Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou, substancialmente, em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os impostos são apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a receita. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

3.3. Instrumentos financeiros

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

a) Ativos financeiros

i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurável: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou valor justo por meio de resultado ("VJR").

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes em função de sua característica de negociação antes do vencimento.

Conforme CPC 48, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, as Empresas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, são classificados como VJR.

Um ativo financeiro é, inicialmente, mensurado pelo valor justo acrescido para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

O CPC 48 determina o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.5. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado da Companhia é representado, majoritariamente, pelas obras em andamento das usinas fotovoltaicas. Estes gastos são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Todos os gastos envolvidos nas construções, de acordo com orçamentos definidos pela área de engenharia, são capitalizados como custo do imobilizado. O custo de transação de empréstimos relacionados as obras em andamento também são capitalizadas como ativo fixo, de acordo com o pronunciamento CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

Custos subsequentes

São capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção recorrente são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que as Empresas obterão a propriedade do bem no fim do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

A vida útil estimada dos bens do imobilizado são revisadas anualmente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas. Quando aplicável, os efeitos decorrentes de alterações na vida útil remanescente são registrados prospectivamente.

3.6. Redução ao valor recuperável ("impairment")

A Administração analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, é estimado o valor recuperável do ativo, sendo este o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor em uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("*impairment*"). A administração avalia periodicamente seus ativos frente a possibilidade de *impairment*, e até a data de encerramento das demonstrações financeiras não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos, uma vez que seu imobilizado está em construção.

3.7. Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento de uso de terras, referente as fazendas aonde as construções das usinas fotovoltaicas estão ocorrendo.

A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a uma taxa implícita encontrada com base na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Também se aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor.

3.8. Investimentos

Na elaboração de suas demonstrações financeiras, a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas e controladas em conjunto por meio do método de equivalência patrimonial.

Os custos das operações de empréstimos das controladas e controladas em conjunto são capitalizadas como imobilizado. Os custos capitalizados nas controladas são reconhecidos na Companhia por meio do método de equivalência patrimonial.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.10. Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC")

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.11. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro ou prejuízo por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro/prejuízo líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias totais em poder dos acionistas. O cálculo do lucro/prejuízo diluído é afetado por instrumentos conversíveis em ações, conforme nota explicativa 17.

4. Normas e interpretações novas e revisadas

4.1. Normas e interpretações novas e revisadas

Novos pronunciamentos	Natureza da alteração	Período vigente
Alterações na norma IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47;	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 1 / CPC 26	Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante;	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 1 / CPC 26	Esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório;	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 7 / CPC 03 (R2) 3 IFRS 7 / CPC 40 (R1)	Esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade;	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 21 / CPC 02 (R2)	Exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável.	1º de janeiro de 2025

5. Caixa e equivalentes de caixa

	% CDI	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
CDB	85% a 101% CDB DI	1	-	280	-
Fundos de investimento de curto prazo	100% CDB DI	-	4	1	1.423
		<u>1</u>	<u>4</u>	<u>281</u>	<u>1.423</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), com rentabilidade média entre 85% e 101% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), designado ao valor justo contra o resultado, com prazos de vencimento variáveis, porém resgatáveis a qualquer momento com o emissor, sem perda significativa de valor.

A análise da administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa 21.

6. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Clientes nacionais	2.862	2.130
	<u>2.862</u>	<u>2.130</u>

7. Caixa restrito

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações em fundos de investimentos - BNB (a)	4.677	4.353
	<u>4.677</u>	<u>4.353</u>
Circulante	679	-
Não circulante	3.998	4.353

- a) Aplicações em fundos de investimentos financeiros, vinculados ao financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Os recursos aplicados nas controladas Coremas IV, V, VI, VII e VIII transitam pelas contas do BNB e é necessário que o banco aprove os pagamentos, em acordo com o cronograma das obras em andamento (e financiadas). Os contratos estabelecem limites mínimos de saldo a ser mantido nas contas de uso restrito.

COREMAS HOLDING II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas

Partes relacionadas	Natureza da operação	Controladora					
		31/12/2023			31/12/2022		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Coremas VII	Empréstimo	5.240	-	-	5.240	-	-
Coremas VIII	Empréstimo	4.444	-	-	4.444	-	-
Rio Alto Energias Renováveis	Empréstimo	-	322	-	-	-	-
		<u>9.684</u>	<u>322</u>	<u>-</u>	<u>9.684</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Partes relacionadas	Natureza da operação	Consolidado					
		31/12/2023			31/12/2022		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Coremas Holding II	Empréstimo	-	-	-	-	-	-
Coremas IV	Empréstimo	160	15.973	-	-	12.816	-
Coremas V	Empréstimo	4.580	16.132	-	-	7.441	-
Coremas VI	Empréstimo	7.149	5.392	-	4.270	-	-
Rio Alto Energias Renováveis	Empréstimo	6.647	9.940	-	-	8.998	-
		<u>18.536</u>	<u>47.437</u>	<u>-</u>	<u>4.270</u>	<u>29.255</u>	<u>-</u>

As transações entre partes relacionadas são contratadas em condições definidas entre as partes.

As transações entre partes relacionadas referem-se substancialmente a empréstimos entre as controladas do Grupo Rio Alto, com o objetivo de atender as necessidades de caixa de cada controlada. Tais transações não possuem prazos de vencimento definidos e atualização monetária.

COREMAS HOLDING II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

	Consolidado										
	Taxa de depreciação	Saldos em 31/12/2021	Adições	Transf.	Depreciação	Saldos em 31/12/2022	Adições	Transf.	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2023
UFV em operação											
Coremas VII	4%	-	-	105.222	(2.355)	102.867	-	-	-	(4.266)	98.601
Coremas VIII	4%	-	-	117.621	(1.625)	115.996	-	134	-	(4.922)	111.208
Máquinas	10%	1.229	-	-	(126)	1.103	-	-	-	(127)	976
Obras em andamento											
Coremas VII		83.313	4	(83.317)	-	-	-	-	-	-	-
Coremas VIII		54.696	18.821	(73.517)	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores		13.608	41.053	(54.469)	-	192	-	(134)	-	-	58
Capitalização juros		7.981	3.559	(11.540)	-	-	-	-	-	-	-
		<u>160.827</u>	<u>63.437</u>	<u>-</u>	<u>(4.106)</u>	<u>220.158</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.315)</u>	<u>210.843</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativo de direito de uso

Para que os contratos fossem reconhecidos conforme CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a Administração determinou que os contratos devam atender aos seguintes critérios: (i) materialidade, sendo que os contratos devem possuir fluxo de pagamentos com valores relevantes; e, (ii) longo prazo, uma vez que os contratos devem ter prazo superior a 1 ano, após o encerramento das demonstrações financeiras.

O valor presente foi determinado com uma taxa de juros incremental, avaliada pela Administração da Companhia, com base na taxa de referência Dixpre, divulgada B3, com o spread médio de captação que a Companhia tem disponível até o encerramento das demonstrações financeiras, acrescido da taxa média de inflação esperada (divulgada pelo IPEA). Assim, chegou-se a taxa média de 14,20%.

Os contratos de arrendamento foram firmados em 2019 com a Rio Alto Energia Empreendimentos e Participações Ltda. ("Rio Alto Empreendimentos"), entidade do Grupo Rio Alto, porém não controlada da Companhia, e em 2020 foi assinada a cessão direitos e obrigações dos contratos de arrendamento com a controlada Coremas VII.

Em 2023 ocorreram mudanças no fluxo de pagamento, as parcelas mensais de amortização passaram a ser totalmente variáveis (conforme faturamento de cada usina). A fim de atender a norma CPC 06 (R2), os contratos relacionados à Fazenda Rio Tinto foram desreconhecidos das contas patrimoniais e as parcelas de pagamento são reconhecidas diretamente no resultado.

11. Investimentos

A composição do investimento e o montante de equivalência patrimonial do período está demonstrada a seguir:

RIO ALTO ENERGIAS RENOVÁVEIS	% Part	Saldo em 31/12/2022	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2023
Coremas VII	100%	34.079	1	(2.914)	31.166
Coremas VIII	100%	31.937	-	(3.683)	28.254
Total investimentos		66.016	1	(6.597)	59.420

(a) Os montantes apresentados de equivalência patrimonial incluem o ajuste dos juros capitalizados, em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas da Companhia.

12. Fornecedores

Refere-se a gastos incorridos nas obras em andamento das usinas fotovoltaicas de Coremas VII e Coremas VIII e demais despesas administrativas de serviços tomados no decorrer das operações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
COFINS	-	-	523	75
CSLL	-	-	458	196
INSS retido	-	-	52	37
IOF	541	396	3.127	2.826
IRPJ a Recolher	-	-	1.071	88
PIS a Recolher	-	-	113	16
Outras retenções	-	2	573	410
	<u>541</u>	<u>398</u>	<u>5.966</u>	<u>3.691</u>

14. Empréstimos e financiamentos

	Consolidado
	31/12/2023
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	<u>115.197</u>
	<u>115.197</u>
Circulante	7.806
Não circulante	107.391

As investidas Coremas VII e Coremas VIII possuem contratos de financiamento das obras das usinas solares, junto ao Banco do Nordeste do Brasil.

Os recursos foram recebidos em duas parcelas totalizando R\$120.899, sendo R\$60.449 para Coremas VII e R\$60.449 para Coremas VIII. Estes empréstimos são indexados pelo IPCA e possuem as seguintes taxas de juros: Coremas VII IPCA+1,8282% aa; Coremas VIII IPCA+1,6025% aa.

A operação é garantida por meio de fianças bancárias, negociadas anualmente, e pela constituição do fundo de liquidez em conta reserva. As fianças podem ser reduzidas, conforme atendimento de condicionantes como conclusão das obras, cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia (PPA); amortização parcial do principal da dívida; dentre outros.

As principais obrigações não financeiras (*covenants* não financeiros) são: pagar todos os tributos incidentes sobre o crédito concedido; responder por todas as despesas incorridas pelo banco para segurança, regularização e conservação do seu direito creditório; cumprir rigorosamente a legislação ambiental específica; a partir da conclusão física e financeira do projeto, manter 90% de produção anual de energia; comprovar a correta aplicação dos recursos do projeto; destacar a colaboração financeira do Banco do Nordeste sempre que fizer propaganda ou publicidade; dentre outras obrigações. A administração acompanha todas as suas operações de forma a garantir o cumprimento de todas as obrigações perante os seus credores. Não há obrigações financeiras para previstas nos contratos de empréstimos junto ao BNB (*covenants* financeiros).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo está o resumo da operação:

Entidade	Data assinatura	Valor da captação	Desembolso Dez/22	Taxa	1ª Amortização	Vencimento final
Coremas VII	23/06/2020	66.359	60.449	IPCA + 1,8282% aa	15/08/2023	15/08/2037
Coremas VIII	14/06/2022	66.359	60.449	IPCA + 1,6025% aa	15/08/2023	15/08/2037

O movimento dos financiamentos está representando abaixo:

	Consolidado
Saldo inicial	-
Captações	120.899
(-) Amortizações principal	(2.843)
(-) Amortizações juros	(118)
(+) Juros e variações monetárias	5.153
Saldos em 31 de dezembro de 2022	123.091
Captações	-
(-) Amortizações principal	(7.272)
(-) Amortizações juros	(9.516)
(+) Juros e variações monetárias	8.894
Saldos em 31 de dezembro de 2023	115.197
Circulante	7.806
Não circulante	107.391

Os juros dos empréstimos de financiamento são capitalizados junto ao imobilizado em construção, conforme CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, visto que os recursos advindos destes financiamentos são diretamente atribuídos aos ativos elegíveis de cada controlada em construção, passando a ser contabilizados como despesas financeiras após a conclusão das respectivas obras. Em 31 de dezembro de 2023, as usinas solares do Complexo de Santas Luzias representam os únicos projetos em construção.

Abaixo está o cronograma dos vencimentos, baseado no fluxo de pagamentos projetado:

Ano	Consolidado	
		Total
2024		7.782
2025		7.988
2026		8.202
2027		7.972
2028 a 2043		83.253
Total		115.197

15. Debêntures

Em 29 de outubro de 2020, a controladora Coremas Holding II S.A. emitiu debêntures com a finalidade de subsidiar os projetos em desenvolvimentos de Coremas VII e Coremas VIII, sendo tais debêntures emitidas em série única, no montante total de R\$38.000, recebida em duas parcelas, sendo a primeira parcela de R\$19.000 em 20 de novembro de 2020 e a última parcela de R\$19.124 recebida em 17 de dezembro de 2020. A amortização ocorre em parcela única integral a vencer em 20 de abril de 2025. A Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. é o agente fiduciário da operação, as debêntures são simples, não conversíveis. A remuneração é de 100% da variação acumulada da Taxa DI, divulgada pela B3, acrescida de 7% a.a.

Em 14 de maio de 2021 a controladora realizou a segunda emissão de debêntures no montante de R\$28.194. Esta emissão teve como objetivo financiar o cumprimento de obrigações referentes a obras em andamento, de forma a mitigar riscos de eventuais atrasos no cronograma das obras.

A Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. é o agente fiduciário das operações descritas acima. As debêntures emitidas pela Coremas Holding II são simples e não conversíveis.

Apresentamos a seguir as informações relativas às emissões das debêntures:

	Entidade	Data de assinatura	Qtd.	Taxa de juros	Término
Debêntures - 1º emissão	Coremas Holding II	29/10/2020	19.000	Dixpre + 7% a.a.	20/04/2025

As debêntures foram emitidas com base na Instrução CVM 476/09, e houve dispensa de registro de distribuição na CVM.

Em relação aos *covenants* não financeiros, a administração da Companhia destaca as principais cláusulas existentes, exclusivamente relacionadas a emissora (Coremas Holding II) e suas controladas (Coremas VII e Coremas VIII), a seguir:

- Dissolução, a liquidação ou a extinção de qualquer controlador;
- Ocorrência de protesto de títulos contra a Emissora e/ou qualquer de suas controladas;
- Decretação do vencimento antecipado de quaisquer obrigações;
- Aplicação, pela Emissora, dos recursos oriundos das Debêntures em destinação diversa das obras em andamento das usinas solares fotovoltaicas;
- Realização de redução de capital social;
- Fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, capitalização ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo; e,
- Não obtenção, não renovação, cancelamento, cassação, revogação, suspensão ou perda definitiva de licenças das obras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das debêntures é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Consolidado)	<u>Consolidado</u> 52.341
Captações	-
Juros e variações monetárias	8.001
(+) Apropriação de custo de emissão	65
(-) Amortização de principal	(31.404)
(-) Amortização de juros	(3.837)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Consolidado)	<u>25.166</u>
	<u>Consolidado</u>
Captações	-
Juros e variações monetárias	5.265
(+) Apropriação de custo de emissão	36
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (Consolidado)	<u><u>30.467</u></u>
Circulante	-
Não circulante	30.467

As debêntures emitidas possuem como garantia a alienação fiduciária de 100% das ações da Coremas Holding II S.A., bem como a totalidade dos direitos creditórios da emissora. As cotas do FIP Rio Alto, pertencentes a Rio Alto Energia, Empreendimentos e Participações Ltda. (parte relacionada), também foram dadas como garantia, porém, com efeito suspensivo após a entrada em operação das usinas solares fotovoltaicas Coremas VII e Coremas VIII.

16. Provisão para contingências

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

- a) Processos com probabilidade de perda classificada como possível
- Processo de arbitragem com fornecedores: foi iniciado um procedimento arbitral pelo fornecedor do contrato de EPC (engineering, procurement and construction) dos contratos firmados com Coremas IV, V, VI, VII e VIII. As partes ainda aguardam decisão do Tribunal Arbitral, já constituído, sobre questões preliminares. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras foi estimado pelos advogados, como possibilidades e perspectivas ao desfecho deste contencioso arbitral como possível. O valor original total da arbitragem é de R\$276.000.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Processos com probabilidade de perda classificada como provável
- Em janeiro de 2022, Coremas I, II e III entraram com uma ação declaratória contra VI e VIII, visando o direito a um ressarcimento pelo compartilhamento das instalações da subestação do Complexo Coremas. Em março de 2023 foi apresentado em juízo pedido reconvenicional que aguarda análise de mérito. Em junho de 2023, foi indeferida a tutela provisória de urgência, bem como a concessão de efeito suspensivo ambos pleiteados pelas autoras e em outubro de 2023, os advogados da Companhia classificaram que de forma consolidada, o montante pertinente à Coremas Holding II é de R\$ 2.572.

17. Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O capital social autorizado da Coremas Holding II S.A. é de R\$66.683 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 32.000 em 31 de dezembro de 2022) em ações ordinárias com valor nominal de R\$1,00, sendo integralizado o montante de R\$66.683 até 31 de dezembro de 2023, com a seguinte composição:

Sócios	31/12/2023			Ações
	Quantidade ações	Valor em R\$ mil	Percentual (%)	Integralizadas (R\$)
Rio Alto Energias Renováveis S.A.	66.742.000	66.742	100,00%	66.742
	66.742.000	66.742	100,00%	66.742

17.2 Resultado por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado por meio do resultado da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro ou prejuízo diluído por ação é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do prejuízo básico e diluído por ação:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo básico e diluído por ação				
Prejuízo líquido - R\$ mil	(12.459)	(6.243)	(12.459)	(6.243)
Média ponderada de ações (i)				
Ordinárias	66.742	66.683	66.742	66.683
Prejuízo básico por ação	(0,18667)	(0,09362)	(0,18667)	(0,09362)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Receitas

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Venda de energia	31.429	23.803
Receita bruta	31.429	23.803
(-) PIS	(219)	(89)
(-) COFINS	(1.056)	(438)
Deduções sobre a receita	(1.275)	(527)
Receita operacional líquida	30.154	23.276

19. Natureza dos custos e das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Compra de energia elétrica (b)	-	-	8.929	9.018
Depreciação	-	-	9.183	4.106
Tarifa de Transmissão de Energia (a)	-	-	3.694	3.592
Fretes e carretos	-	-	8	182
Locações	-	-	160	644
Seguros	-	-	478	234
Serviços de terceiros	38	85	1.342	2.080
Taxas	1	-	392	2
Viagens e estadias	-	-	76	391
Outras despesas	3	-	525	675
Salários e encargos	-	-	-	29
Total	42	85	24.787	20.953
Custo operacionais	-	-	21.679	16.716
Despesas gerais e administrativas	42	85	3.108	4.237
Total	42	85	24.787	20.953

20. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Descontos obtidos	-	-	61	64
Outras receitas financeiras	-	-	-	16
Recuperação de despesas	-	-	2	-
Rendimentos de aplicações financeiras	-	-	609	321
Total de receitas financeiras	-	-	672	401
Custo de emissão de debêntures	(47)	-	(47)	-
Fianças e comissões bancárias	-	-	(4.123)	(1.676)
IOF	(145)	(145)	(464)	(1.195)
Juros debêntures (a)	(5.265)	(8.001)	(5.265)	(2.196)
Juros de mora e multas	(1)	(102)	(15)	(2.615)
Juros sobre empréstimos (b)	(297)	-	(7.342)	-
Tarifas	(65)	(25)	(117)	(63)
(-) Perdas de instrumentos financeiros	-	-	-	2
Total de despesas financeiras	(5.820)	(8.273)	(17.373)	(7.743)
Resultado financeiro	(5.820)	(8.273)	(16.701)	(7.342)

(a) As aplicações financeiras (caixa restrito) são definidas como ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor das cotas valoradas ao final do mês em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros

a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros					
Custo amortizado					
Equivalentes de caixa	2	1	4	281	1.423
Caixa restrito	2	-	-	4.677	4.353
Créditos com partes relacionadas		9.684	9.684	18.536	4.270
Contas a receber		-	-	2.862	2.130
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos		-	-	115.197	123.091
Fornecedores		41	4	2.573	1.798
Partes relacionadas		322	-	47.437	29.255
Debêntures		30.467	25.166	30.467	25.166
Arrendamentos		-	-	36	-

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2: preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3: ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

A Companhia não realiza operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

A gestão de instrumentos financeiros está aderente à Política de Gestão Integral de Riscos e Diretrizes de Riscos Financeiros da Companhia. Os resultados auferidos destas operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento destes riscos, fazem parte do monitoramento dos riscos financeiros adotados pelo Companhia, conforme a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Financiamentos

Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	-	-	(7.806)	(7.437)
Não circulante	-	-	(107.391)	(115.654)
Arrendamento mercantil				
Não circulante	-	-	(36)	-
Debêntures				
Circulante	-	(25.166)	-	(25.166)
Não circulante	(30.467)	-	(30.467)	-
Dívida total	(30.467)	(25.166)	(145.700)	(148.257)
Caixa e equivalentes de caixa	1	4	281	1.423
Dívida líquida	(30.466)	(25.162)	(145.419)	(146.834)
Patrimônio líquido	37.735	50.135	37.735	50.135
Índice de endividamento líquido	(81)%	(50)%	(385)%	(293)%

A Companhia possui contratos de debêntures, e estes contratos estão sujeitos ao cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants" não financeiros), aos quais a administração realiza um acompanhamento para garantir seus cumprimentos.

Em 31 de dezembro de 2023 inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas ("covenants não financeiros").

O valor contábil das debêntures, considerando os instrumentos financeiros aplicáveis, e das debêntures tem suas taxas atreladas à variação da TJLP, do CDI e IPCA e se aproximam do valor de mercado.

c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (i) Risco de taxas de juros: a atualização dos contratos de financiamento (debêntures) está vinculada à variação da TJLP, IPCA e do CDI;
- (ii) Risco de captação: a Companhia poderá no futuro enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de pagamento adequados a seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de dívida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Risco de garantia: a Companhia está exposta a risco de garantias, relacionadas as debêntures emitidas (ver nota 12).

(iv) Risco de liquidez: as principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de debêntures, até o início da operação das usinas solares fotovoltaicas de Coremas VII e Coremas VIII.

22. Informações suplementares do fluxo de caixa - Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

Conforme requerido pelo CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, item 44 (a), demonstramos a seguir a conciliação da atividade de financiamento do fluxo de caixa:

	31/12/2022	Fluxo de caixa	Alterações não caixa			31/12/2023
			Adições	Juros / variações	Baixas / amortizações	
Debêntures (b)	25.167	-	-	5.300	-	30.467
Financiamentos (c)	123.091	(16.788)	-	8.894	-	115.197
Empréstimos partes relacionadas	29.255	-	-	18.182	-	47.437
Passivos de arrendamentos	-	-	-	36	-	36
Total	177.513	(16.788)	-	32.412	-	193.137

23. Imposto de Renda e Contribuição Social

	%	Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022
Receitas		32.038	27.256
Presunção do lucro - IRPJ			
Venda de mercadoria	8%	2.514	2.069
Demais receitas	100%	609	1.399
		3.123	3.468
Despesa de IRPJ		(731)	(819)
Presunção do lucro - CSLL			
Venda de mercadoria	12%	3.771	3.103
Demais receitas	100%	609	1.399
		4.378	4.502
Despesa de Contribuição Social		(394)	(405)
Total (IRPJ + CSLL)		(1.125)	(1.224)

24. Compromissos assumidos

Em 12 de março de 2020, por meio da Chamada Pública de Compra de Energia Elétrica nº 01/2020, respectivamente, a Companhia por meio de suas investidas, Coremas VII e Coremas VIII firmou contratos de venda futura de energia com a Companhia Paranaense de Energia (COPEL), com entrega prevista para 2023 no montante total de R\$224 milhões. Estes contratos possuem chamada de pagamento de bônus para a Companhia em caso de antecipação na entrega de energia vigente no exercício de 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, durante o exercício de 2022 o Grupo Rio Alto firmou os seguintes contratos de venda de energia:

- Coremas VII e VIII, para suprimento de energia com início em janeiro de 2023 e término em dezembro de 2036, com o total de 13,4 MWm contratados.

25. Seguros

A especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Entidades	Vigência	Importância segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Garantia Para Construção, Fornecimento	Coremas IV a VIII	01/11/2022 a 01/11/2024	245	245
Seguro Patrimonial	Coremas IV a VIII	01/11/2022 a 01/11/2024	1.237	1.237

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

26. Eventos subsequentes

a) Debêntures Coremas Holding I e Coremas Holding II

(i) No dia 31 de maio de 2024 reuniram-se em Assembleia Geral de Debenturistas, os representantes pela 1ª e 2ª emissão das Debentures de Coremas Holding I e Coremas Holding II, para a tratar do assunto referente renovação e rolagem das Debentures.

Os Debenturistas decidiram pela celebração do aditamento Escritura da 1ª Emissão Coremas I e Coremas Holding II, contendo as seguintes alterações:
(i) Prorrogação do prazo das debentures 1ª emissão Coremas I, passando as debentures 1ª Emissão Coremas I a ter prazo de 1.644 dias, contados da sua data de emissão, sendo o vencimento final das Debêntures 1ª Emissão Coremas I em 18 de junho de 2024.

(ii) No dia 15 de julho de 2024 reuniram-se em Assembleia Geral de Debenturistas, os representantes pela 1ª e 2ª emissão das Debentures de Coremas Holding II, para a tratar do assunto referente renovação e rolagem das Debentures.

Os Debenturistas decidiram pela celebração do aditamento Escritura da 1ª Emissão Coremas II, contendo as seguintes alterações: (i) Prorrogação do prazo das debentures 1ª emissão Coremas II, passando as debentures 1ª Emissão Coremas II a ter prazo de 2.387 dias, contados da sua data de emissão, sendo o vencimento final das Debêntures 1ª Emissão Coremas II em 01 de julho de 2026, onde a amortização ocorre em parcela única integral a vencer em julho de 2026. A taxa de juros a partir de julho de 2024 é a taxa IPCA + 12% a.a.

- (iii) Em julho de 2024 a companhia realizou a 3ª Emissão de Debentures conversíveis em ações.

A companhia emitiu 5.470 com valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada uma, totalizando um montante de R\$ 5.470.000 (cinco milhões, quatrocentos e setenta mil reais), sendo que o prazo de vencimento é em junho de 2026. A taxa de juros é IPCA + 12% a.a.